

ACTA NÚMERO 122 (CENTO E VINTE E DOIS)

Aos oito dias do mês de Julho de dois mil e dezassete, pelas onze horas, foram retomados os trabalhos, em segunda convocatória, no auditório do Centro de Medicina Desportiva de Lisboa, sito na Av.^a Professor Egas Moniz, da Assembleia Geral Extraordinária da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), suspensa em vinte e nove de Maio, regularmente convocada para o efeito, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 20º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Apresentação de medidas extraordinárias de reestruturação financeira;

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo respectivo Presidente, Tito Arantes Fontes, pelo Vice-Presidente, Miguel Cordovil Matos, e pelo Secretário, Miguel Rodrigues.

À hora marcada para a primeira convocatória (10.30 horas), o Presidente da Assembleia constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do n.º4 do Artigo 20.º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória (11.00 horas).

À hora marcada para a segunda convocatória encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças: Leonardo Falcão Trigo (AAAIS Agronomia), João Milheiro Alberty e Luis Miguel Maia Fernandes (AEESA Coimbra); André Folque Gouveia (AEFC Tecnologia); Nuno Salvador Costa (AEIS Agronomia); Luís Costa Baptista e Narciso Figueiredo (Belas RC); António Ferreira Marques (Caldas RC); Lourenço Fernandes Thomaz, Miguel Cordovil Matos e Miguel Gonçalves Rodrigues (CDUL); Miguel Freudenthal e Diogo Barbosa (CF Belenenses); Manuel Couto (CR Évora); Pedro Lucas e Jorge Rosa (CR Técnico); António Costa e Amílcar Seco (CRAV); Rómulo Ustá (Escolinha Galiza); Luis Filipe Lança de Moraes, Pedro Fragoso Mendes e João Marques Diniz (GD Direito); Pedro Vassalo Santos e Francisco Dória Nóbrega (GDS Cascais); Carlos Dias e Mário Martins Pereira (RC Bairrada); José Carlos Alves de Moura (RC Loulé); António Paulo Xavier, João Veiga Malta e Francisco Ferreira Cornacho (RC Montemor); Tito Arantes Fontes (Sporting Rugby); Nuno Miranda Coelho (ANAR); Miguel Oliveira Teixeira (ARS); Alcino Moraes da Silva (CRRC).

Encontravam-se também presentes o Presidente da FPR, Luis Cassiano Neves, os Vice-Presidentes da Direcção, Rui Augusto da Silva Neves e Marta Ferreira, o membro do Conselho de Arbitragem, Álvaro Correia dos Santos, o Secretário Geral da FPR, Mário Costa, que foram admitidos a participar nos trabalhos da Assembleia Geral, nos termos do n.º10 do Artigo 20.º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby.

Antes da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à votação um pedido de autorização para assistirem à reunião os senhores Luis Canogia (ARS), Frederico Taborda (RC Santarém), Ricardo Fonseca (RC Elvas), Tatiana Contreiras (FPR), José Guilherme Themudo, Pedro Abrantes Vieira (Árbitros) e José Duarte (AEFC Tecnologia), e a mesma foi aprovada por unanimidade.



Verificada a presença dos referidos delegados e a suficiência dos mesmos para retomar os trabalhos nos termos estatutários, o Presidente deu então início à Assembleia Geral, em segunda convocatória, pelas 11.00 horas.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou a palavra a Luís Cassiano Neves para a sua intervenção inicial. O Presidente da Direcção começou por mencionar o desafio que lhe fora lançado pelo delegado Pedro Vassalo na sessão em que se deu início aos trabalhos, de acordo com o qual deveria ser apresentada uma visão estratégica que apontasse um caminho futuro. O Presidente da Direcção fez várias referências ao manifesto eleitoral, que foi a visão apresentada aquando da sua candidatura, com a qual a Direcção tem sido coerente. A orientação básica da Direcção tem sido uma receita de realismo: olhar para os problemas financeiros e apresenta-los com transparência à Assembleia Geral. As selecções não podem deixar de ser o real reflexo da situação do rugby português, pelo que também aí a Direcção adoptou uma receita de realismo, com uma aposta a longo prazo na consistência. A Direcção considera que estamos a passar por uma fase difícil a nível desportivo, mas que pode ser ultrapassada. Mais referiu o Presidente da Direcção que o documento apresentado preconiza medidas objectivas para a recuperação da modalidade:

No que às competições respeita, de uma vez por todas, deve-se distinguir as realidades do rugby social, comunitário, competitivo e de selecção e não pôr todos no mesmo saco ao nível de exigências e de regulamentos, a aposta passa pela regionalização de todas as competições comunitárias e sociais. A Direcção aprovou o novo regulamento de competições, que tem as sementes de um novo modelo de organização.

No Alto Rendimento, tem de haver responsabilidade financeira na gestão das selecções. Não temos dinheiro para fazer uma bolsa artificial de rendimento superior ao dos nossos campeonatos. Só conseguiremos ir buscar jogadores radicados em França com o apoio do Governo, porque não vamos desviar verbas do Desenvolvimento para este efeito. Não vamos insuflar balões com dinheiro que não temos.

A Direcção vai continuar a pressionar o governo e outras instituições para obtenção de mais subsídios para que seja possível fazer uma aposta séria para o apuramento da Selecção de XV para o Mundial de Rugby. O não apuramento para o Mundial não pode, como tem sido hábito traduzir-se na quebra do número de praticantes.

No Desenvolvimento, há um ano começámos a falar no Plano Nacional de Desenvolvimento e Formação. As Associações Regionais devem passar a ser supervisoras da acção dos clubes integrados no plano. O trabalho feito pelas Associações e pelo Desenvolvimento traduz-se no crescimento de praticantes fora de Lisboa, contra a quebra de praticantes na grande Lisboa. O crescimento verifica-se nos escalões sub-8, sub-10 e sub-12 e todos os outros registam quebras, há que conseguir levar os jovens a continuar nos escalões de competição. O objetivo da Direcção é chegar aos 10.000 praticantes, registando-se os jogadores do Rugby Escolar e do Touch Rugby. O Presidente da FPR entende que o trabalho das Associações Regionais é fundamental, não vendo o Desenvolvimento sem as Associações Regionais. Se as Associações Regionais forem desactivadas, a FPR deixa de receber dinheiro do Governo para essa finalidade. No entender do Presidente da Direcção, as Associações Regionais devem ser

dotadas de competências em duas áreas: formação de jogadores (ligado aos Centros de Alto Rendimento Regionais) e certificação dos clubes (identificando os clubes que conseguem ter impacto nos KPI relevantes para a FPR).

Na Arbitragem, que tem a ver com as Competições, não se pretende, pura e simplesmente, passar o custo para os clubes. O que se pretende é fazer uma avaliação profunda da estrutura da arbitragem. Não podemos pagar 130 mil euros neste momento. Os clubes devem assumir este custo, mas temos de nos sentar todos e fixar tabelas realistas.

Luis Cassiano Neves apresentou de seguida os números que refletem a actual situação e como ficaria se a proposta da Direcção fosse aprovada, conforme solicitado pelos delegados na AG de 29/05/2017. O Presidente da Direcção alertou para o facto desta proposta não ser um recurso de emergência financeira. Na sua opinião, trata-se de corrigir um desequilíbrio pernicioso para o rugby português: o rugby tem-se tornado cada vez mais gratuito, o que não faz sentido. A visão desta Direcção é de longo prazo, de percorrer o caminho das pedras. Não desistimos de procurar fontes de receita e os resultados hão-de vir nesse capítulo. As receitas têm de aumentar e isso vai acontecer através do Placard e de parcerias locais como tem sido feito com a cidade de Setúbal, onde pela segunda vez se organizou a Final da Taça de Portugal com grande sucesso, transmissão televisiva, bilhetes pagos e uma assistência de cerca de 2.500 pessoas, o que já levou que um dos principais patrocinadores da FPR esteja a negociar a continuidade do seu apoio.

A alternativa é gastarmos o que gastávamos nas selecções nacionais, colocar todas as fichas numa das casas da roleta e esperar que ela saia. Mas mesmo que saia, os números do passado evidenciam que essa via pouco sustentada depois termina com a perda sistemática de jogadores. Com excepção do Técnico, do Direito e da Agronomia, os demais clubes grandes de Lisboa ainda não retomaram os números de praticantes de 2008.

A Direcção da FPR, não acredita, por isso, na aposta total no apuramento para o Mundial, pois considera que isso seria a repetição de erros cometidos no passado.

Nesta altura, interveio o delegado Luis Filipe Lança de Moraes, do Direito, que referiu que os 130 mil euros do Desenvolvimento seriam muito bem canalizados para os clubes investirem em Desenvolvimento. O delegado do CDUL, Lourenço Fernandes Thomaz, também interveio, referindo que o “CDUL Sponsors” foi organizado sem qualquer intervenção da AR Lisboa.

Neste momento o Presidente da Mesa da Assembleia Geral apelou a que se retomasse o modelo tradicional de Assembleia Geral, sem interrupções nesta fase, devolvendo a palavra ao Presidente da Direcção.

Luis Cassiano Neves defendeu que as Associações Regionais têm de ter contratos programa com os clubes. Concluiu, referindo que a Direcção reforça a sua proposta financeira, esperando que com este documento seja possível demonstrar uma visão de longo prazo e coerente. Esta Direcção não tem uma receita assente em resultados circunstanciais. Colocou-se então à disposição dos delegados para esclarecimentos.



O Presidente da Mesa da Assembleia Geral informou então que tinha uma série de propostas para serem votadas (Direcção / Belas / “6 Clubes” / CRAV / RC Montemor) e que as iria colocar à votação por esta ordem, no final da discussão. Passou então a palavra aos delegados que se inscreveram para intervir.

Pedro Lucas, do Técnico, lamentou que o documento com as contas agora apresentadas pela FPR não tenha sido distribuído atempadamente pelos delegados. Destacou o esforço financeiro da FPR e a clareza com que as coisas agora aparecem, sendo que antigamente não apareciam. Referiu que a Direcção tem feito um trabalho de factos concretos, que permitem uma apreciação global por parte dos clubes. Manifestou-se contra a sucessiva utilização de siglas nos documentos apresentados, siglas que não dizem nada aos delegados. Afirmou que há clubes da grande Lisboa que cresceram, como o Técnico que cresceu 30%, e que têm condições para fazer evoluir o rugby, ainda que na generalidade os clubes com maior historial tenham problemas de organização intermédia que impedem um crescimento exponencial e para cuja resolução precisam de dinheiro para investir; depois há clubes fora de Lisboa que têm grandes dificuldades técnicas, em ter técnicos de qualidade para assegurar o Desenvolvimento e que levam à desistência de muitos jovens.

Apesar de existirem boas condições estruturais para o desenvolvimento do rugby fora de Lisboa, verifica-se que os clubes têm muitas dificuldades em crescerem qualitativa e quantitativamente. A FPR devia contratar técnicos estrangeiros para apoiar o rugby fora de Lisboa.

Os “6 clubes” que subscrevem a proposta apresentada garantem que asseguram o desenvolvimento e os árbitros tal como consta na sua proposta e pedem que os actuais árbitros revejam as suas contrapartidas financeiras.

Carlos Dias, da Bairrada, referiu que o clube não tem meios financeiros, mas que querem crescer e evoluir e gostava de saber mais concretamente quais os custos que vão ter de suportar caso a proposta da FPR seja aprovada. Os seus atletas pagam actualmente 100 euros por ano e é no seu entender muito complicado cobrar mais. O Bairrada tem trabalhado junto das escolas e organiza campos de férias de rugby e estão convictos de que vão crescer. A transferência de atletas a custo zero penaliza e prejudica o projecto do Bairrada. Considerou ainda que o Bairrada não tem condições de pagar aos árbitros e deixou nota de o clube ter gasto 18 mil euros em transportes.

Luis Canogia Costa, da ARS, começou por esclarecer que a ARS tentou fazer uma reunião com os dirigentes dos clubes e que não houve participação. Confirmou que existiu de facto um período conturbado na ARS, devido a um problema financeiro. Entende que o documento agora apresentado pela FPR é muito mais esclarecedor, pelo que parabenizou a Direcção da FPR. Entende que o rugby é um negócio de hospitalidade, no qual tem de ser entregue um bom produto. A sua experiência nos últimos anos leva a achar que tem de se mudar de paradigma, tem de se conseguir manter os ex-jogadores ligados ao rugby. A FPR tem de ajudar os clubes a angariar apoios junto das autarquias, que são financiadores relevantes. E a esse respeito referiu o facto das autarquias darem muita importância à posição do clube no campeonato, pelo que os modelos competitivos têm de ter atenção a isso. Deviam também

existir manuais de formação disponíveis nos sites da FPR e das Associações Regionais para ajudar os técnicos de fora de Lisboa. Em termos financeiros acha que a situação é de rutura e reafirmou a disponibilidade da ARS para ouvir os clubes.

Amilcar Seco, do CRAV, pediu esclarecimentos sobre a redução de custos no Alto Rendimento. Não está de acordo com a assunção do Desenvolvimento pelos clubes. Todos queremos o Desenvolvimento sem alimentar guerras Norte/Sul mas entende que as diferenças têm que ser abordadas e congratulou-se pelo bom trabalho desenvolvido pela ARN no último ano, que considerou muito positivo. O Norte e o Alentejo têm um rendimento *per capita* inferior ao nível médio da Europa, ao contrário de Lisboa que está acima dessa média. Não conseguimos cobrar aos miúdos para jogar. Tem de haver uma discriminação positiva dos clubes fora de Lisboa, o CRAV faz mais 6.000 mil km por ano em deslocações, enquanto que os 6 clubes de topo, de Lisboa, fazem entre 600 e 900 km por ano.

Paulo Xavier, do Montemor, apresentou uma proposta para redução de custos administrativos em termos de estrutura na FPR, onde se gastam mais de 700 mil euros por ano. Propôs que na área Administrativa e Financeira haja menos dois colaboradores (redução de cinco para três) o que implica um valor anual de 78.000 euros e não de 130.000 euros que se pagam actualmente, na área Comunicação e Marketing menos um colaborador (redução de dois para um) implica um valor anual de 10.000 e não de 20.000 euros, na área das Competições menos um colaborador (redução de dois para um) o que implica um valor anual de 27.500 euros e não de 55.000 euros, na área do Desenvolvimento menos 5 colaboradores (redução de 11 para 6) o que implica um valor anual de 73.800 euros e não de 135.00 euros, nas Selecções Nacionais menos 7 colaboradores (redução de 17 para 10) o que implica um valor anual de 220.000 euros e não de 375.000 euros. Assim, em vez de gastos actuais da FPR nestas áreas de 715.000 euros por ano passam a ser 409.300 euros o que significa uma redução efectiva anual de 305.700 euros permitindo assim reservar uma quantia de 100.000 euros para eventuais indemnizações. Concluiu alegando que não podemos ter a arrogância de querer ser ricos quando não temos dinheiro.

O árbitro, Pedro Vieira, referiu que os árbitros sempre estiveram disponíveis para conversar e aceitam a revisão de contrapartidas. No entanto, a última conversa que ocorreu com a FPR foi já em Março, sem que os árbitros saibam porquê. Pediu esclarecimentos relativamente às propostas da FPR no que diz respeito à nomeação dos árbitros e à formação dos mesmos. Os árbitros estão disponíveis para fazer parte do caminho das pedras e conversar sobre os custos. A falta de diálogo levou a uma greve que era somente para os seniores, fazendo questão de realçar que os árbitros sempre estiveram disponíveis para arbitrar escalões jovens (Sub 16 e Sub 18), ainda que com dívidas desde 2016. O que foi prometido pela FPR aos árbitros, em Março, não foi cumprido.

Alcino Silva, da CRRC, declarou que no geral estão de acordo com a FPR, nomeadamente no que respeita à assunção de responsabilidades pelas Associações Regionais. Referiu ainda que terão todo o gosto em colaborar na formação de jovens árbitros, mas entende que a formação e nomeação dos árbitros deve ser coordenada com o Conselho de Arbitragem. O CRRC aumentou o número de praticantes em 10% e levaram duas selecções de sevens a Heidelberg, tendo a selecção feminina vencido o torneio. Divulgaram a modalidade na região por diversas



formas e todas estas acções foram realizadas apesar de a FPR dever cerca de 10.000 euros ao CRRC.

Pedro Vassalo, do Cascais, chamou a atenção para o propósito desta Assembleia. Na sua opinião os delegados foram convocados porque existe um problema financeiro na FPR. Se o problema é financeiro, deveria haver um orçamento rectificativo. Confessou que nessa medida não compreende muito bem o que está a fazer nesta Assembleia. Terminou sugerindo ao Presidente da Direcção que faça uma proposta de orçamento rectificativo, pois de outro modo a Assembleia ir-se-ia sempre dispersar com questões que fogem ao tema.

Em resposta à intervenção do delegado Pedro Vassalo, o Presidente da Direcção explicou que esta sessão era uma continuação da sessão da Assembleia Geral iniciada a 29 de Maio de 2017, onde se procura complementar a informação então prestada com a estratégia global que se deve seguir, na opinião da Direcção. O que está aqui em causa é uma visão de longo prazo que se procura legitimar.

João Diniz, do Direito, perguntou se o documento em análise é no seguimento da proposta inicial da FPR.

Luis Cassiano Neves confirmou que o documento pretende responder ao solicitado na última Assembleia Geral, é um documento complementar.

Luis Filipe Lança de Moraes, do Direito, perguntou se o documento é a manutenção da proposta inicial da FPR.

O Presidente da FPR confirmou que efectivamente é a manutenção da proposta inicial. A Direcção opõe-se à actual situação de os jogadores não pagarem as inscrições, assim como os clubes continuarem a pagar o que pagam actualmente para se inscreverem nas competições ou a FPR continuar a pagar os seguros dos atletas dos clubes nos escalões até aos Sub-14 inclusive.

Rui Neves, Vice Presidente da FPR, prestou então alguns esclarecimentos do quadro complementar apresentado pela Direcção.

Nesta altura, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral fez um ponto de situação dos trabalhos, alertando para o facto de não haver auditório reservado para a parte da tarde. Interveio, então, Álvaro Santos, do Conselho de Arbitragem (CA), que referiu pretender desmistificar as verbas que a Direcção tem apresentado relativamente à Arbitragem. Na sua opinião, a Arbitragem não é um dos pais da crise da FPR. O orçamento da arbitragem começou em 150.000 euros, passou para 120.000 euros e desceu no orçamento rectificativo para 80 mil euros. Referiu ainda que todos os acordos entre a FPR e a arbitragem nunca foram cumpridos, sendo essa a preocupação do CA para a nova época. Questionou, por fim, qual a competência das Associações Regionais para fazerem a formação dos árbitros retirando essa função, prevista nos Estatutos da FPR, ao Conselho de Arbitragem.

Luis Filipe Lança de Moraes, do Direito, lamentou que a FPR se tenha limitado a sustentar a sua proposta inicial, considerando que foram ignorados pela Direcção os sinais que a Assembleia Geral lhe deu na sessão anterior. Mais uma vez afirmou não concordar com as medidas propostas pela FPR. Entende que o GDD não pode ser penalizado, pelo número de atletas que tem, pagando verbas que depois vão ser dadas às Associações para promover o Desenvolvimento, quando o GDD até abdica disso. A proposta da Direcção irá aumentar os custos do GDD em mais de 25.000 euros, num momento em que o GDD está a investir em infraestruturas mais de 400.000 euros, sem o apoio de ninguém, e quando por força desse investimento foram tomadas medidas internas no GDD de não pagarem a nenhum treinador nem a nenhum jogador com eventual prejuízo para os resultados desportivos, e portanto não concorda com mais encargos neste momento crítico, para suportar o desenvolvimento regional e outros custos. Entende que o esforço que o GDD está a fazer não está a ser proporcional ao da FPR.

Pedro Fragoso Mendes, do Direito, questionou se a decisão que se vai tomar na AG vai ser vinculativa e, sem desrespeito pelos árbitros, se os jogadores não recebem porque razão os árbitros recebem. Manifestou discordar frontalmente do Presidente da Federação no que respeita às Selecções. Na sua perspectiva não se pode desinvestir tanto nas selecções sob pena de uma geração brilhante se desmotivar e o rugby português nunca mais sair do fosso.

Pedro Lucas, do Técnico, disse que os “6 clubes” que subscreveram a proposta entregue à Assembleia Geral apresentaram em tempo uma proposta para o modelo competitivo para a Divisão de Honra que foi ignorada e que a FPR tem de saber ouvir os clubes. Entende que a FPR tem de fazer o trabalho de casa e as Selecções fazem parte desse trabalho. Defendeu a proposta que subscreveu porque vários clubes estão a fazer investimentos avultados em infraestruturas e voltou a frisar que o desenvolvimento regional deve passar pela contratação de técnicos conceituados.

António Costa, delegado do CRAV, defendeu a proposta apresentada pelo seu clube que consta do expediente anexo à presente acta.

Referiu que a proposta da Direcção apresentada na última Assembleia foi apreciada pelos clubes no sentido da FPR dever gerir de acordo com as receitas e que neste momento os clubes apresentavam uma série de propostas alternativas. A proposta do CRAV é de fazer um corte equitativo naquilo que pode ser cortado. Quanto aos árbitros, deve haver também alguma capacidade de corte, nomeadamente nas deslocações.

Luis Baptista, do Belas, defendeu que mais uma vez a Assembleia não se estava a focar no essencial, considerando que os delegados vieram para esta segunda Assembleia com o trabalho de casa mal feito. Lamentou o facto de não estarem a ser discutidas as propostas apresentadas, considerando que isto não é só apresentar e votar. Realçou que o Belas foi o único clube que apresentou uma proposta na primeira parte desta Assembleia que teve lugar no passado dia 29/05/2017 constatando que a maioria das propostas apresentadas são escassas de conteúdo e que as mesmas deveriam ser discutidas numa nova Assembleia Geral, não havendo condições para fechar esta Assembleia.



O Presidente da Mesa da Assembleia Geral explicou a forma como iria decorrer a votação das propostas apresentadas e que, caso venham a existir várias aprovadas, as mesmas teriam de ser depois compatibilizadas pela Direcção.

Pediu a palavra o delegado da ARS, Miguel Teixeira para afirmar que nesse sistema se poderia gerar a incapacidade de chegar a uma solução de implementação das propostas aprovadas, pelo que o ideal seria serem votadas em alternativa.

Alcino Silva, do CRRC, propôs que não fosse votada nenhuma proposta mas sim um voto de confiança à Direcção, para trabalhar com base na proposta que apresentou e nas demais.

Luis Filipe Lança de Moraes, do GDD, referiu não dar voto de confiança na Direcção, por não saber o que esperar. Acha difícil aprovar e discutir propostas nesta Assembleia, considerando que a Assembleia deveria devolver o problema à Direcção. Propôs, por isso, que a Direcção avance para um documento rectificativo destinado a ser votado, se assim o entender. Se não, que assuma esta opção e avance com as medidas propostas como uma decisão de gestão.

Luis Cassiano Neves lembrou que apresentou quatro propostas que são radicais e que, para serem postas em prática num posterior orçamento rectificativo, têm de ter a aprovação da Assembleia Geral. Referindo-se concretamente à possibilidade de reduzir pessoal, informou que se tal fosse possível já estaria feito. Quanto ao mais, transmitiu que não iria dar a cara por uma Federação que iria falir, sem informar que a mesma iria falir. Terá necessariamente de existir um orçamento rectificativo, com ou sem aprovação destas medidas. E tudo continuará a ser assegurado para que o rugby não caia na rua. Em relação às propostas apresentadas pelos clubes e delegados, considerou que a única que parece dar alguma capacidade de resposta à situação actual é a do Belas, sendo as demais demasiado genéricas e programáticas. Informou ainda a Assembleia que o Congresso, em princípio, terá lugar nos dias 28 e 29 de Outubro próximo.

Pedro Vassalo, do Cascais, referiu que se se altera o orçamento é um orçamento rectificativo. Aquilo que a Direcção aqui nos está a pedir para votar hoje são as medidas apresentadas na Assembleia anterior.

Francisco Nóbrega, do Cascais, interveio então assinalando que a Direcção quer aumentar as receitas e que os clubes querem cortar nas despesas, questionando nessa medida a ordem de votação das propostas apresentadas, porquanto o sentido de voto da proposta da Direcção poderia ser alterado em função do resultado da votação das outras propostas.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral realçou então que a eventual aprovação de várias propostas permite aproveitar o melhor das mesmas.

Antes de se passar à votação o delegado da ANAR, Nuno Coelho, informou que se iria ausentar da sala durante as mesmas. Verificou-se, igualmente, que já se tinha ausentado da Assembleia o delegado Diogo Barbosa, do CF Belenenses.

Passou-se de seguida à votação das propostas que tiveram os seguintes resultados:
A proposta da FPR foi reprovada com 25 votos contra, 4 votos a favor e 3 abstenções.

O Caldas apresentou uma declaração de voto na qual justifica o seu voto contra, apesar de reconhecer mérito ao documento apresentado hoje, por entender que o mesmo devia ter sido apresentado logo no dia 29 de Maio e só depois apresentadas as medidas financeiras.

A ARS apresentou uma declaração de voto, justificando a abstenção por entender que não está capacitada para votar, na medida em que tentou consultar os clubes seus associados, mas os mesmos não lhe deram qualquer feedback.

O CRRC apresentou igualmente declaração de voto, justificando a abstenção porque apesar de reconhecer o valor da proposta da FPR, entende que não pode esquecer os interesses dos seus associados.

Em sede de declaração de voto, Pedro Vassalo, do Cascais, agradeceu o esforço da Direcção, mas sem haver um debate mais profundo não pode dar sua aprovação à proposta.

De seguida foi votada a proposta do Belas RC que foi reprovada com 23 votos contra, 2 votos a favor e 7 abstenções.

O Caldas manifestou votar contra apenas pela forma como foi encontrada a medida de participação dos clubes no esforço financeiro, discordando que os delegados à Assembleia Geral da FPR sejam um critério adequado.

A ARS apresentou uma declaração de voto, justificando a abstenção por entender que não está capacitada para votar, na medida em que tentou consultar os clubes seus associados, mas os mesmos não lhe deram qualquer feedback.

Seguidamente foi posta à votação a proposta de “6 clubes” da Divisão de Honra (Agronomia, Belenenses, Cascais, CDUL, Direito e Técnico) que foi aprovada com 14 votos a favor, 10 contra e 8 abstenções. Foram apresentadas declarações de voto dos seguintes clubes:

CRAV, na pessoa do delegado Amílcar Seco, que afirmou votar contra por a proposta estar a ser votada em conjunto (não concorda com a proposta no que diz respeito ao Desenvolvimento), apesar de concordar com o princípio relativamente aos árbitros.

GDD, na pessoa do delegado Luis Filipe Lança de Moraes, votou a favor porque esta proposta permite adaptar a rubrica de Desenvolvimento à receita que existir.

Belas RC votou contra porque a proposta apresentada não é clara quanto à sua concretização, considerando que a mesma necessitava de mais conteúdo.

A ARS apresentou uma declaração de voto, justificando a abstenção por entender que não está capacitada para votar, na medida em que tentou consultar os clubes seus associados, mas os mesmos não lhe deram qualquer feedback.

Logo após foi colocada à votação a proposta do CRAV, que foi reprovada pela Assembleia Geral ao obter 15 votos contra, 2 votos a favor e 15 abstenções.



O CRAV apresentou uma declaração de voto tendo considerado que a sua proposta foi penalizada por não ter sido votada ponto a ponto, na medida em que a proposta tinha vários pontos e um deles era precisamente sustentar o orçamento com cortes.

A ARS apresentou uma declaração de voto, justificando a abstenção por entender que não está capacitada para votar, na medida em que tentou consultar os clubes seus associados, mas os mesmos não lhe deram qualquer feedback.

Finalmente foi posta à votação a proposta do Montemor que foi reprovada com 8 votos contra, 6 a favor e 18 abstenções. Foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

A ARS apresentou uma declaração de voto, justificando a abstenção por entender que não está capacitada para votar, na medida em que tentou consultar os clubes seus associados, mas os mesmos não lhe deram qualquer feedback.

CRAV, Belas e Técnico votaram contra a proposta apresentada por a mesma estar pouco fundamentada e sem se perceber como seria operacionalizada, considerando o Técnico, na pessoa do delegado Pedro Lucas, que as indemnizações teriam de ser devidamente equacionadas.

GDD, na pessoa do delegado Luis Filipe Lança de Morais, votou contra, não obstante concordar com o princípio, por entender que na proposta aprovada já estão contemplados cortes e que esta proposta seria demasiado penalizadora para a FPR.

O CDUL absteve-se, na pessoa do delegado Lourenço Fernandes Thomaz porque, apesar de concordar com o princípio, lhe parece que os números são exagerados. Acresce que a proposta não contempla a redução dos custos dos árbitros.

O Montemor, na pessoa do delegado Paulo Xavier, informou que a proposta do Montemor foi no sentido de “agitar as águas” mas que se deve cortar a direito e agradeceu os votos favoráveis à sua proposta que realçou terem sido de delegados representantes de clubes de Norte a Sul do País.

O delegado Tito Arantes Fontes, do Sporting, apesar de concordar com os cortes necessários, votou contra por a proposta não conter elementos suficientes para afecir da sua razoabilidade, sendo que a mesma incide directamente em postos de trabalho e por isso mesmo lhe parece que deve merecer especial ponderação face às circunstâncias concretas de cada um dos casos. Após as votações, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral afirmou, por fim, que compete agora à Direcção retirar as devidas ilações do resultado das votações.

Tomou, então, a palavra o Presidente da FPR que afirmou que estando concluído o processo cabe agora à Direcção trabalhar com os proponentes da proposta aprovada e que a Direcção vai continuar a trabalhar em prol do rugby, aproveitando um “goodwill” claro que se está a formar e a empurrar o rugby para a frente. Quanto à arbitragem espera reunir brevemente com as várias partes (Clubes, Direcção, Árbitros e CA). Manifestou confiança de que no Congresso a realizar em Outubro se encontrem os caminhos para o futuro do Rugby em

Salvo as isenções previstas na Lei, sobre as utilizações do crédito, os juros e as comissões não sujeitas a IVA, recai o imposto de selo respectivo.

Garantias: Hipoteca das fracções CC, CD, CE que compõem a sede da FPR na Rua Julieta Ferrão n.º 12, 3.º andar em Lisboa em €200.000,00 (mais juros e despesas legais).

A proposta foi aprovada por unanimidade dos delegados presentes.

Após a aprovação da proposta, o Presidente da Direcção da FPR pediu a palavra para agradecer a disponibilidade dos Delegados presentes na Assembleia e reiterou o compromisso de em breve propor um orçamento rectificativo.

Pedro Vieira, da ANAR, pediu a palavra para chamar a atenção dos delegados presentes de que no próximo fim de semana começam os campeonatos nacionais e ainda não está garantida a participação dos árbitros apesar de decorrerem negociações com a Direcção da FPR.

Manuel Barros, do São Miguel, referiu defender há 20 anos que quem tem de ter a responsabilidade de resolver os problemas da arbitragem são os clubes, porque a FPR não tem meios.

Manuel Couto, do Évora, lamentou que a sua equipa de U18 que venceu o campeonato que lhe permitira subir de divisão tenha de disputar uma poule de acesso cuja primeira jornada já se disputou sem árbitros, facto que coloca em causa todos os elevados custos assumidos ao longo do referido campeonato, com o objectivo da subida de divisão.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrado os trabalhos pelas 19.00 horas, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

F - J - A - J - P
Mesa da Assembleia Geral
Manuel Couto

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou então a palavra ao Presidente da Federação Portuguesa de Rugby Luís Cassiano Neves que expôs as razões da proposta apresentada e que vão permitir liquidar várias livranças, reestruturar a dívida e assim diminuir os juros cobrados actualmente.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou a palavra aos delegados que se inscreveram para intervir.

Miguel Freudenthal, do Belenenses, questionou se este empréstimo vai ser só utilizado para pagar as dívidas associadas às livranças, ou também para pagar outras dívidas que existem e são críticas para o funcionamento do rugby.

O Presidente da FPR esclareceu que, após a amortização das livranças, a operação libertará cerca de 25 mil euros que servirão para pagar algumas dívidas e aliviar a tesouraria, nomeadamente no pagamento de salários.

Pedro Vieira, da ANAR, inquiriu o Presidente da FPR sobre quais passarão a ser os custos mensais/anuais após a reestruturação da dívida e se não vai ser necessário apresentar um orçamento rectificativo.

Luis Cassiano Neves referiu que a ferramenta cujo saldo se propõe aumentar, a conta caucionada, é menos onerosa que as livranças. Os custos concretos serão variáveis em função dos montantes utilizados, mas o custo financeiro vai diminuir em relação ao actualmente suportado, por se tratar de uma ferramenta de endividamento menos onerosa. A respeito do orçamento rectificativo, que é necessário desde logo por outras circunstâncias, como tem sido afirmado ao longo das Assembleias antecedentes, será apresentado provavelmente ainda antes de Novembro.

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa da Assembleia Geral pôs à votação a proposta de alteração da conta corrente da Caixa Geral de Depósitos com aumento de €75.000 (setenta e cinco mil) para €200.000 (duzentos mil), por um prazo de seis meses automaticamente renovável por períodos iguais, com uma taxa de juros Euribor a 12 meses (média mensal ≥ 0) acrescida de um “spread” de 4,500%. O crédito terá ainda os seguintes encargos

- a) Comissão de gestão no montante de €130,00/mês a €132,49/mês, cobrada trimestral postecipadamente e proporcional ao nº. de dias de cobrança;
- b) Comissão de imobilização de 1.50% ao ano, calculada dias a dia sobre o montante não utilizado do crédito cobrado trimestralmente;
- c) Comissão de renovação de 0,550%;
- d) Comissão de alteração contratual de €175,00.